

- dos que, por natureza, não sejam da competência de nenhum organismo da administração pública;
- c) Propor ao Presidente da República e Chefe do Executivo a aprovação de leis ou a revisão da legislação que se mostre inadequada e a adopção de medidas visando a promoção e valorização dos direitos e deveres da juventude;
 - d) Promover a cooperação e o intercâmbio sobre questões da juventude com outros países e assegurar a participação angolana nas actividades das instituições juvenis internacionais, incluindo as não governamentais;
 - e) Promover e dinamizar o desenvolvimento do associativismo juvenil como forma de assegurar a melhor participação e integração da juventude na sociedade, visando garantir a sua formação integral e a ocupação salutar dos seus tempos livres;
 - f) Executar, monitorar e avaliar directamente a execução das políticas e programas do sector da juventude, assim como assegurar o alinhamento institucional com outros departamentos governativos em programas transversais;
 - g) Exercer os poderes de tutela e de superintendência sobre o instituto da juventude.

2.º — O presente Despacho Presidencial não prejudica os poderes delegados no Vice-Presidente da República em relação a coordenação da área social, a quem o Vice-Ministro para a Juventude reporta directamente a sua actividade.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

4.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor na data da sua publicação em Diário da República.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Abril de 2012.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Resolução n.º 12/12 de 4 de Maio

Considerando que o Grupo Parlamentar do MPLA solicitou a substituição do Deputado Adriano Mendes de Carvalho, n.º 2, da lista, do Círculo Eleitoral Provincial de Luanda, titular do Cartão de Eleitor n.º 166839 60232, por ter sido nomeado para exercer cargo incompatível com a função de Deputado, indicando, em sua substituição o candidato Manuel Augusto Fragata de Moraes, n.º 8, da lista e titular do Cartão de Eleitor n.º 21050 60283, do mesmo círculo eleitoral;

Considerando que a situação do Deputado Adriano Mendes de Carvalho, se enquadra no disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 149.º e na alínea a) do artigo 151.º da Constituição da República de Angola e no artigo 21.º da Lei n.º 5/10, de 6 de Abril - Lei Orgânica do Funcionamento e do Processo Legislativo da Assembleia Nacional.

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea g) do n.º 1 do artigo 149.º e alínea a) do artigo 151.º e alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º da Constituição da República de Angola, a seguinte resolução:

1.º — É aprovada a suspensão provisória do mandato do Deputado Adriano Mendes de Carvalho.

2.º — A vaga ocorrida é preenchida segundo a ordem de precedências da lista a que pertencia o titular do mandato vago, pelo candidato Manuel Augusto Fragata de Moraes, do mesmo círculo eleitoral, que passa a integrar a Comissão dos Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos, o Grupo Nacional do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa e o Grupo de Amizade da Europa (excepto os Parlamentos de Portugal, da Federação Russa e Europa do Leste).

3.º — A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 10 de Abril de 2012.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Antónia Paulo Kassoma*.

Resolução n.º 13/12 de 4 de Maio

Havendo necessidade de elaboração adequada de um instrumento regulador sobre passagem de pastas, destinado a titulares de cargo de direcção na Assembleia Nacional providos por eleição e que tenham cessado o exercício das suas funções ou aqueles que tenham exercido interinamente funções em regime de substituição ou suplência.

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 160.º e do n.º 1 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte resolução:

1.º — É aprovado o Regulamento de Passagem de Pastas, anexo a presente resolução da qual é parte integrante.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 10 de Abril de 2012.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António Paulo Kassoma*.

REGULAMENTO DE PASSAGEM DE PASTAS

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente regulamento tem como objecto estabelecer as normas de organização e de procedimento de passagem de pastas na Assembleia Nacional.

ARTIGO 2.º (Âmbito)

O presente regulamento aplica-se aos Deputados que tenham exercido cargo nos órgãos internos da Assembleia Nacional, providos por eleição, em regime interino de substituição ou de suplência.

ARTIGO 3.º (Princípios de passagem de pastas)

O acto de passagem de pastas obedece aos seguintes princípios:

- a) *da responsabilidade*: os Deputados, cessante e eleito, devem pugnar pela lealdade e transparência no processo de passagem de pastas;
- b) *da seriedade*: os Deputados, cessante e eleito, devem participar com integridade de carácter e rectidão e efectuar a passagem de pastas de maneira solene, concisa, objectiva e leal;
- c) *da cooperação*: os Deputados, cessante e eleito, devem cooperar em todo o processo de passagem de pastas em colaboração simultânea e a troca de experiência, competência e conhecimentos, devem nortear à aplicação deste princípio;
- d) *da inter ajuda*: os Deputados, cessante e eleito, devem, em todo o processo de passagem de pastas, possibilitar a inter ajuda, a solidariedade e o elevado espírito de entrega;
- e) *da disponibilidade*: os Deputados, cessante e eleito, devem, em todo o processo de passagem de pastas, bem como a posterior a entrega das pastas, estarem disponíveis a prestarem esclarecimentos, sempre que solicitados;
- f) *da continuidade*: os Deputados, cessante e eleito, devem, em todo o processo de passagem de pastas, garantirem a actividade e o património dos serviços de forma ininterrupta ou seja a actividade administrativa contínua e harmónica com a estabilidade e funcionamento das instituições.

ARTIGO 4.º (Titulares de cargo na Assembleia Nacional)

1. Para efeitos do disposto no presente regulamento são Deputados titulares de cargo nos órgãos internos da Assembleia Nacional, os seguintes:

- a) Presidente da Assembleia Nacional;
- b) Vice-Presidentes da Assembleia Nacional;
- c) Secretários de Mesa da Assembleia Nacional;
- d) Presidentes das Comissões de Trabalho Especializadas;
- e) Vice-Presidentes das Comissões de Trabalho Especializadas;
- f) Presidente do Conselho de Administração da Assembleia Nacional;
- g) Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Nacional;
- h) Secretários das Comissões de Trabalho Especializadas;
- i) Coordenadores das Subcomissões de Trabalho Especializadas.

2. O presente regulamento aplica-se, com as necessárias adaptações, no que se refere ao património, propriedade da Assembleia Nacional, aos Deputados que exerçam os cargos seguintes:

- a) Presidentes dos Grupos Parlamentares;
- b) Presidentes dos Grupos Nacionais e de Amizade.

3. O presente regulamento aplica-se ainda, com as necessárias adaptações, aos Deputados que tenham sob sua tutela meios patrimoniais da Assembleia Nacional.

CAPÍTULO II Formas de Passagem de Pastas

ARTIGO 5.º (Passagem ordinária de pastas)

1. A passagem ordinária de pastas ocorre quando o Deputado eleito ocupa o cargo nos órgãos internos da Assembleia Nacional até ao fim do mandato.

2. O Deputado titular do cargo a cessar deve, no prazo de trinta dias, antes do fim do mandato, preparar e apresentar ao Presidente da Assembleia Nacional, o processo referente à passagem ordinária de pastas, para efeitos de verificação e estabelecimento do cronograma de passagem de pastas.

ARTIGO 6.º (Passagem extraordinária de pastas)

1. A passagem extraordinária de pastas ocorre quando o Deputado cessa o cargo antes de cumprir o período do mandato para o qual havia sido eleito.

2. O disposto no número anterior pode ocorrer nas seguintes situações:

- a) suspensão do mandato por incompatibilidade ou impedimento, nos termos da Constituição da República de Angola e da lei;
- b) doença com duração superior a noventa dias ou por incapacidade física prolongada e consequente eleição de outro Deputado;
- c) ausência do País ou nos trabalhos da Assembleia Nacional por período superior a noventa dias;
- d) renúncia ou perda do mandato;
- e) situação de força maior;
- f) destituição ocorrida em órgão colegial competente.

3. O disposto no número anterior, exceptuando-se a alínea b), obriga o Deputado cessante, a preparar a documentação no prazo de dez dias úteis.

4. O prazo previsto no número anterior inicia na data da publicação em Diário da República da resolução que aprova a cessação do cargo na Assembleia Nacional.

ARTIGO 7.º

(Processo de passagem de pastas)

O processo de passagem de pastas deve conter a seguinte documentação:

- a) resumo de actividades desenvolvidas durante o último ano do exercício do cargo;
- b) resumo da organização física do arquivo e sua classificação;
- c) relatório de contas, quando se mostre necessário pela natureza do cargo;
- d) programas, semestrais ou anuais, quando existam, bem como a descrição dos respectivos níveis de execução;
- e) inventário actualizado do património físico dos bens sob sua tutela, à data de passagem de pastas.

ARTIGO 8.º

(Encaminhamento do processo de passagem de pastas)

1. Após a conclusão do processo de passagem de pastas, o mesmo deve ser encaminhado pelo Deputado cessante ao Presidente da Assembleia Nacional, a quem compete analisar e comunicar se está ou não conforme.

2. Durante a análise do processo e caso se mostre necessário, o Presidente da Assembleia Nacional pode solicitar ao Deputado cessante, esclarecimentos de dúvidas ou de omissões suscitadas.

ARTIGO 9.º

(Supervisão)

A passagem de pastas entre os Deputados cessante e o eleito deve ser supervisionado pelo Presidente da Assembleia Nacional ou por quem ele delegar.

ARTIGO 10.º

(Acto formal de passagem de pastas)

1. O acto de passagem de pastas entre os Deputados cessante e eleito, reveste-se de solenidade, devendo elaborar-se uma acta, cujo modelo se encontra anexo ao presente regulamento e do qual é parte integrante.

2. Com a assinatura da acta de passagem de pastas é dado como concluído o processo e o mesmo é remetido ao Presidente da Assembleia Nacional, para efeito de homologação.

CAPÍTULO III

Inventário do Património

ARTIGO 11.º

(Inventário)

1. O Deputado eleito a exercer cargo nos órgãos inferiores da Assembleia Nacional deve, anualmente e sempre que se mostrar necessário, actualizar o registo do património sob sua tutela.

2. No inventário deve constar, dentre outros, o arrolamento de todos os bens e a respectiva informação sobre o seu estado de conservação ou amortização, nos termos seguintes:

- a) viaturas distribuídas para uso pessoal e respectivos acessórios;
- b) viaturas distribuídas para trabalhos colectivos e respectivos acessórios;
- c) mobiliário de escritório sob sua tutela;
- d) equipamento informático;
- e) meios de telecomunicação que não tenham sido atribuídos a título definitivo;
- f) cartões de débito ou crédito, se houver, suportados pela Assembleia Nacional;
- g) outros bens patrimoniais.

3. Os documentos com a relação dos bens inventariados devem ser arquivados nos serviços competentes da Secretaria da Assembleia Nacional.

CAPÍTULO IV

Disposição Final e Transitória

ARTIGO 12.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões resultantes da interpretação e da aplicação do presente regulamento são resolvidas pela Assembleia Nacional.

Luanda, aos 10 de Abril de 2012.

MODELO DE ACTA DE PASSAGEM DE PASTAS

1. AOS DIAS -----DE ----- DO ANO DE DOIS MIL E -----, NA SALA/GABINETE/ COMISSÃO DE ----- DA ASSEMBLEIA NACIONAL, COMPARECERAM OS SENHORES DEPUTADOS, -----,

- a) PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL;
- b) VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL;
- c) SECRETÁRIO DE MESA DA ASSEMBLEIA NACIONAL;
- d) PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR;
- e) PRESIDENTE DA COMISSÃO ----- DA ASSEMBLEIA NACIONAL;
- f) VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO ----- DA ASSEMBLEIA NACIONAL;
- g) PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL;
- h) PRESIDENTE DO GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES;
- i) SECRETÁRIO DA COMISSÃO ----- DA ASSEMBLEIA NACIONAL;
- j) COORDENADOR DA SUBCOMISSÃO ----- DA ASSEMBLEIA NACIONAL;
- k) PRESIDENTE DO GRUPO NACIONAL E DE AMIZADE ----- DA ASSEMBLEIA NACIONAL.

2. A PRESENTE ACTA DE PASSAGEM DE PASTAS, REALIZADA EM ACTO SOLENE NOS TERMOS DO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO DE PASSAGEM DE PASTAS, VISA OFICIALIZAR A PASSAGEM DE PASTAS PELO SENHOR

DEPUTADO, ----- CESSANTE, AO SENHOR
DEPUTADO, -----, ELEITO, APÓS CUMPRIMENTO
DAS FORMALIDADES LEGAIS INERENTES AO ACTO.

3. PARA CONSTAR, SE DESCREVEM OS ASSUNTOS RELACIONADOS COM A PASSAGEM DE PASTAS NOS TERMOS DO ARTIGO 7.º DO REFERIDO REGULAMENTO, CONSTITUINDO PARTE INTEGRANTE DA PRESENTE ACTA:

-
-
-

4. O PRESENTE ACTO DE PASSAGEM DE PASTAS ESTÁ A SER TESTEMUNHADO PELOS SENHORES DEPUTADOS -----, -----, -----, NA QUALIDADE DE -----, E PELO SECRETÁRIO - GERAL DA ASSEMBLEIA NACIONAL, -----, NA QUALIDADE DE SUPERINTENDENTE DO PATRIMÓNIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL.

5. APÓS A LEITURA EM VOZ ALTA E JULGADA CONFORME, A ACTA DE PASSAGEM DE PASTAS VAI SER ASSINADA PELOS SENHORES DEPUTADOS -----, NA QUALIDADE DE DEPUTADO CESSANTE, -----, NA QUALIDADE DE DEPUTADO ELEITO, RESPECTIVAMENTE, E POR MIM, -----, QUE SECRETARIEI, ALI E SUBSCREVI.

- a) ----- DEPUTADO CESSANTE
- b) ----- DEPUTADO ELEITO
- c) ----- SECRETÁRIO

HOMOLOGADO EM ----- DE ----- DE 201-----.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL
